

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.940 - MS (2018/0328534-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE** : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PROCURADORES** : CARINA SOUZA CARDOSO - MS004748  
EIMAR SOUZA SCHRÖDER ROSA E OUTRO(S) - MS006032  
SÉRGIO WILIAN ANNIBAL - MS005498  
**AGRAVADO** : PACIFICO BRAULIO PEREIRA AURELIO  
**ADVOGADOS** : RENATA BARBOSA LACERDA - MS007402  
MARCELLE PERES LOPES - MS011239  
**INTERES.** : BANCO DO BRASIL SA  
**INTERES.** : FETEMS FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM  
EDUCACAO DE MS  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M  
**INTERES.** : ADELIA REZENDE DE MATOS LIMA  
**INTERES.** : ANTONINA PEREIRA DA SILVA  
**INTERES.** : ANA RITA DE SOUZA MARQUES  
**INTERES.** : SANDRA MARIA BOMFIN MOURA BRANDAO DE SOUZA  
**INTERES.** : ROSEMARY NANTES FERREIRA MARTINS BARBOSA  
**INTERES.** : BEATRIZ ALVES DE ABREU PAROBA  
**INTERES.** : HERNAN PAZ MORENO  
**INTERES.** : ALICE DA SILVA FERREIRA  
**INTERES.** : ALVAMIRIAN GARCIA MAROLDI VIVEIROS  
**INTERES.** : ALZIRA GUILHERME SAMPAIO  
**INTERES.** : ALZIRA RODRIGUES CHANFRIN  
**INTERES.** : ANDERSON MAURO MARTINS  
**INTERES.** : AZENA RICCO DE FREITAS  
**INTERES.** : DIRCEU RICCO DE FREITAS

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial.

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõem os artigos 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RI/STJ (redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016), compete ao agravante impugnar especificamente os fundamentos da decisão que obstou o recurso especial na origem.

Assim, além da manifestação do inconformismo, inerente ao ato de irresignação, impõe-se ao recorrente o ônus de contrapor-se, de forma clara e específica, aos fundamentos da decisão agravada, conforme determina a lei processual civil e o princípio da dialeticidade.

Com efeito, encontra-se consolidado nesta Corte o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que

não admitiu o processamento do recurso especial. A propósito: EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30/11/2018.

No caso dos autos, a decisão de não admissão do recurso especial contém os seguintes fundamentos: inexistência de ofensa do art. 1.022 do CPC/15; incidência do óbice das Súmulas 07 e 83 do STJ.

Ocorre que o agravante não impugnou, especificamente, os referidos fundamentos, o que acarreta o não conhecimento do agravo.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.276.237/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 19/12/2018; AgInt no AREsp 718.118/MT, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 18/12/2018; AgInt no AREsp 1.345.064/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 13/12/2018.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Ante o exposto, **não conheço** do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **BENEDITO GONÇALVES**  
Relator